

O conselho naval no oitocentos: propostas para o estudo da relação entre civis e militares no Império

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

Historiador e mestrando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro-Tenente do Quadro Técnico Temporário da Marinha, Encarregado da Divisão de Pesquisas Históricas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Sócio Honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB – e pesquisador associado do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais – LEDDES/UERJ.

RESUMO

O presente ensaio tem como objetivo propor algumas reflexões a respeito das possibilidades de estudo sobre os militares e as instituições militares a partir da história social. Utilizando-nos do Conselho Naval, órgão consultivo criado na estrutura organizacional da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha no Segundo Reinado, propomos o estudo da relação entre civis e militares a partir da inserção dos primeiros no meio militar. Além do grande desconhecimento sobre o papel desta instituição para o Ministério da Marinha e para o Estado Imperial de uma maneira geral, não se conhece o papel do Conselho Naval entre as instituições da monarquia por onde circularam as elites do Império, visto que, desde seu início, a instituição em questão foi ocupada por grandes personalidades como o Visconde do Rio Branco e Zacarias de Góes e Vasconcellos.

PALAVRAS-CHAVE: Império do Brasil, Marinha, Conselho Naval

ABSTRACT

This essay aims to propose some reflections about the possibilities of study on the military and military institutions from the social history. Using the Naval Council, an advisory body created in the organizational structure of the Secretariat of State for the Navy in the Second Empire, we propose the study of the relationship between civilians and military from the first insertion of the military. In addition to widespread ignorance about the role of this institution to the Navy Ministry and the Imperial State in general, does not know the role of the Naval Council of monarchy among the institutions through which circulated the elites of the Empire, because, since its Initially, the institution in question was occupied by great personalities such as the Viscount of Rio Branco and Zacarias de Goes e Vasconcelos.

KEYWORDS: Empire of Brazil, Navy, Naval Council

INTRODUÇÃO: O ETERNO DEVIR HISTORIOGRÁFICO

A ciência histórica, como os demais campos do conhecimento científico (incluindo mesmo as ditas exatas ou naturais), passou por um conjunto de transformações na primeira metade do século XX, permitindo novas abordagens e, conseqüentemente, a ampliação do conhecimento histórico. É claro que nem todos os países passaram por "revoluções historiográficas", como podem se enganar alguns pesquisadores ao ler Peter Burke em seu

estudo sobre a historiografia francesa com os *Annales*.¹

Contudo, de maneira geral, o devir historiográfico é perfeitamente compreensível visto que os fatos históricos nunca se repetem, principalmente porque os atores morrem enquanto outros nascem, numa eterna renovação de gerações que herdaram subsídios culturais da geração anterior e, muitas vezes, as transformam. Ao mesmo tempo, os historiadores, como os demais cientistas, tratam, a partir de diferentes abordagens, os objetos históricos, numa constante atualização do conhecimento. Isto é perfeitamente compreensível na medida em que entendemos que os historiadores estão sujeitos às demandas sociais de sua época, ao passo que, concomitantemente, atuam sobre o universo social em que estão inseridos. Logo, em cada período, em cada geração, as características de cada sociedade no tempo influenciam a produção do conhecimento histórico.²

A história militar, entendida enquanto campo do conhecimento histórico ou não, atualmente vivencia o devir heraclítico,³ tentando definir sua identidade e, felizmente, passando por grandes transformações teóricas e metodológicas. Diferentes debates estão em desenvolvimento em relação ao estudo dos fenômenos militares, das instituições militares e dos militares em si.

A questão se concentra em não limitar a história militar aos aspectos estritamente ligados à guerra, à estratégia, ao combate de uma maneira geral. Entretanto, teme-se que a história militar acabe não constituindo uma identidade própria, pois, no momento em que circular em outros campos, poderá se diluir em vez de promover interfaces, tornando-se, por exemplo, história política com objeto militar, ou uma simples história social dos militares.

Entretanto, não se trata aqui de delimitar um campo de atuação da história militar, e nem determinar ser a história militar apenas um objeto inserido num dos campos da história. Devemos atentar que, especificamente nesta discussão, estamos tratando de militares enquanto objeto.

Aproveitando-nos das interfaces que a ciência histórica nos permite para apontar diferentes possibilidades de análise de determinados objetos, em nosso caso os militares e as instituições militares a partir de outros campos da história, propomos uma reflexão a respeito das relações entre os militares com os demais grupos sociais no Império do Brasil, e, neste caso, serão úteis os aportes teóricos da história social.

A importância dos militares não se limitou apenas às guerras ou aos fatos a elas relacionados, para as quais foram e são preparados. Os militares são sujeitos sociais, integram complexos sociais e, conseqüentemente, estão inseridos nas dinâmicas entre os grupos. Franco Cardini, citado por Corvisier, afirmou que a “[...] transformação dos sistemas e das instituições militares anda sempre de par com as mutações das estruturas sociais”.⁴ Em consonância, a historiadora Renata Senna Garrafoni, em seu estudo sobre as Guerras Púnicas, teceu as seguintes considerações:

Nesse sentido, podemos afirmar que o estudo das guerras romanas tem sido repensado em um contexto mais amplo, no qual as armas, a logística, as táticas e os conceitos não são meras técnicas deslocadas, mas parte constituinte de sua cultura e sociedade.⁵

Estão longe de serem consensuais algumas definições sobre os militares no Império. As considerações do Exército enquanto representante da classe média e a Marinha

depositária da elite social do Império carecem de análises mais cautelosas.⁶

Pesquisadores como Celso Castro⁷ e Adriana Barreto de Souza⁸ deram grandes contribuições em seus estudos na tentativa de analisar a participação política e as articulações sociais desenvolvidas pelos militares do Exército no Império do Brasil. Os referidos autores não tentaram estabelecer um “perfil geral do militar” que percorreu todo um universo de possibilidades de mais de meio século de regime imperial, mas recorram a um dado momento ou determinados personagens da história do Império para desenvolver a análise.

Encontramos, na realidade, um grande problema quando tentamos forjar um “perfil” do militar no Império. Primeiro devemos considerar os diferentes momentos do Brasil monárquico, suas diversas transformações políticas e sociais. As oscilações e transformações sociais ocorridas em 67 anos de monarquia no Brasil nos impede de construir um estereótipo do “homem em armas” desse período. Segundo, atentar para o próprio desenvolvimento institucional das forças de terra e mar. Não podemos analisar os militares e as instituições militares enquanto elementos atemporais, monolíticos, sem sofrer os efeitos das mudanças sociais, conforme Franco Cardini citado anteriormente. Em outras palavras, olhar o militar do início do Império e aplicar a mesma ótica para o estudo do militar do 15 de Novembro é cair num grande reducionismo.

O historiador Marcos Guimarães Sanche nos chamou a atenção para a questão referida acima em seu artigo sobre o Almi-

rante Joaquim Marques Lisboa, onde afirma que o estudo da carreira do Almirante Tamandaré nos sugere sempre uma reflexão. Tamandaré atuou em praticamente todos os conflitos internos e externos sem, no entanto, “ocupar cargos políticos como outros chefes militares”.⁹

As novas preocupações em relação ao estudo dos militares e das instituições militares resultaram em fecundos trabalhos, cito alguns como *A sociedade militar* de Raoul Girardet,¹⁰ a já citada obra *Os militares e a república* de Celso Castro, *Soldiers, officers, and society: the Army in Bahia, Brasil, 1808-1889* de Hendrick Kraay,¹¹ entre outros que também merecem menção, mas nos perderíamos em citações.

Notadamente a circulação dos militares em diferentes grupos sociais tem chamado a atenção de muitos pesquisadores, resultando na proliferação de pesquisas. Contudo, propomos um exercício analítico inverso. Consideramos ser bastante proveitoso se pensarmos em como os demais grupos sociais se relacionaram, circularam e atuaram no ambiente militar. Como são percebidos? De que maneira os “paisanos”¹² se inseriram nas instituições militares? Havia, de fato, quando inseridos nas instituições militares, esta percepção de civis e militares?

Escolhemos para nos auxiliar nessa reflexão o Conselho Naval no Império, criado na segunda metade do século XIX. Entendemos ser um importante laboratório, visto que foi integrado por diferentes personalidades políticas do Império como o Visconde do Rio Branco e Zacarias de Góes e Vasconcellos.

⁶ Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilizações, 1979 e CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁷ CASTRO, Celso. *Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

⁸ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 e, da mesma autora, *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

⁹ SANCHES, Marcos Guimarães. Um militar no Império. In: *Tamandaré*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009, p. 95.

¹⁰ GIRARDET, Raoul. *A Sociedade Militar: de 1815 aos nossos dias*. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

¹¹ KRAAY, Hendrick. *Soldiers, officers, and society: the Army in Bahia, Brasil, 1808-1889*. Thesis (PdH). University of Texas, Austin, 1995.

¹² Termo aplicado na diferenciação dos membros efetivos civis do Conselho Naval constante no Almanaque do Ministério da Marinha do ano de 1858. A diferenciação se refere ao traje, ou seja, significa aqueles que não usam fardas. Nesta discussão, utilizaremos também a palavra civil para fazermos essa diferenciação, mesmo reconhecendo as possíveis limitações desse conceito nesse momento.

¹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) – A Revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

² WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

³ Referência a Heráclito de Éfeso, filósofo grego que viveu entre os séculos V e IV a.C. Heráclito propôs que tudo no universo está em constante dinamismo, ou “tudo flui”, num eterno devir.

⁴ CARDINI, Franco. *La culture de la guerre, XII-XVIII siècles*. Apud. CORVISIER, André. *A Guerra: ensaios históricos*. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999, p. 234.

⁵ GARRAFONI, Renata Senna. Guerras Púnicas. In: MAGNOLE, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2006, p. 48.

O CONSELHO NAVAL

A Armada Imperial continuou a representar um dos grandes instrumentos de poder do Estado no decorrer do Brasil-Império, tal qual o foi no processo de independência no início do século XIX.

Atuou na manutenção da integridade territorial do Império, sendo empregada nos conflitos internos do período regencial, no final da primeira metade do século XIX, transportando tropas e víveres, bloqueando portos e combatendo os grupos revoltosos. Participou, também, da repressão ao comércio de escravos, que incidiu grandes preocupações ao Governo Imperial em duplo sentido. De um lado, a pressão britânica para o fim da escravidão no Brasil. A rígida fiscalização dos navios britânicos no litoral do Brasil, com objetivo de suprimir o comércio de escravos, gerou fortes protestos no Rio de Janeiro. Os jornais da época, como o *Jornal do Commercio*, publicaram artigos afrontados com a ação do Parlamento inglês sobre o Brasil, especialmente com a indiferença da chancelaria britânica em relação às demandas da diplomacia brasileira.

As antipatias, que nasceram na corte em relação às ações dos navios ingleses na costa do Império do Brasil, resultaram no crescimento da simpatia pelos negreiros. Estes representavam uma forma de se contrapor à fiscalização da *Royal Navy*.¹³ As tensões cresceram e se desdobraram ainda após a proibição do comércio de negros em 1850, resultando, inclusive, no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em função da *Questão Christie* em 1863.¹⁴ Somente durante a guerra contra a República do Paraguai entre 1865 e 1870, as relações entre o Brasil e a Inglaterra tornaram-se novamente amistosas.

Por outro lado, quando o comércio de escravos foi definitivamente proibido, a partir da Lei Euzébio de Queirós, de 1850, foi atribuída à Armada Imperial a missão de patrulhar estas atividades na costa do Império. Navios do Brasil passaram a efetuar cruzeiros no litoral brasileiro com o intuito de apresar embarcações que estivessem transportando escravos para os portos brasileiros. Isto contribuiu, inclusive, para estender a área de atuação naval, pois obrigou os navios da Armada a caçarem navios negreiros em diferentes pontos do Império.

Da mesma forma, a Marinha de Guerra, ao empenhar-se na campanha da repressão do tráfico de africanos, criou possibilidades novas de operacionalidade, espraiando sua ação incansável a diferentes setores do nosso litoral, com a ideia de criação de um Arsenal em Intaqui, na Província do Maranhão em 1850; e com o impulso de uma ação que redundou no apresamento de navios transportadores de africanos na área entre Angra dos Reis e a Restinga de Marambaia pelos Navios de Guerra Bertoga, Andorinha e Golfinho nesse ano de 1851.¹⁵

Quando terminaram os conflitos no Rio Grande do Sul em 1845, o Governo Imperial voltou novamente sua atenção para a fronteira sul do País. O Império do Brasil, com toda sua extensão territorial, utilizava a navegação para chegar a áreas inviáveis por terra, como, por exemplo, à Província do Mato Grosso. Interessava ao Brasil, como salientou o historiador Orlando de Barros, o controle “[...] da navegação dos rios platinos e o acesso a Mato Grosso [...]”, para tanto o emprego da Marinha era necessário.¹⁶ Outra grande preocupação do Império,

sem a principal, era a possibilidade de se formar um Estado platino da dimensão do antigo Vice-Reino do Prata, com a possível unificação da Argentina, Uruguai, Paraguai e parte do Rio do Grande do Sul. Tais demandas da política externa do Brasil Imperial acarretaram frequentes atritos com as repúblicas platinas.

A Armada Imperial foi um dos grandes sustentáculos para as demandas da política externa do Império do Brasil no Prata, atuando em operações militares (guerra contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852, e Guerra da Tríplice Aliança durante o período compreendido entre 1865-1870); em missões diplomático-militares, como o envio de uma Esquadra em 1854 para a resolução das questões da navegação no Rio Paraguai; e, por fim, durante a ocupação político-militar do Paraguai entre 1869 e 1876.¹⁷

As necessidades da política externa do Brasil nesse período obrigaram o Estado Imperial a efetivar a renovação e atualização do material flutuante da Esquadra Imperial.¹⁸ As transformações tecnológicas nos meios de produção durante a segunda metade do século XIX atingiram também a construção naval. Em tão pouco tempo grandes transformações e inovações se processaram e, inclusive, resultaram em novos tipos de navios de guerra, como as torpedeiras e os submarinos. Em pouco mais de meio século, notamos rápidas transformações nunca antes operadas, acarretando novas tendências da guerra no mar que foram plenamente empregadas no início do século XX, confor-

me observou o historiador René Rémond ao tratar da Primeira Guerra Mundial na obra *O século XX*.¹⁹ Esse conjunto de transformações foi denominado por Éric Hobsbawm de “tecnologia da morte”, que avançou em meados do século XIX, e ampliou-se no final do mesmo século:

[...] não apenas devido a uma verdadeira revolução na rapidez e no poder de fogo das armas pequenas e da artilharia, mas também através da transformação dos navios de guerra por meio de motores-turbina, de uma blindagem protetora mais eficaz e da capacidade de carregar muito mais armas.²⁰

No momento em que a modernização do material flutuante da Armada Imperial se processava, alterava-se também a estrutura administrativa do Ministério da Marinha. Dentre as novas instâncias administrativas da Marinha Imperial surgiu o Conselho Naval, criado pela Lei nº 874, de 23 de agosto de 1856.

Durante o reinado de Dona Maria I, foi criado o Conselho do Almirantado no ano de 1796. Era um órgão “[...] colegiado consultivo e de direção geral diretamente vinculado ao Ministro da Marinha”.²¹ Em 1807 foi extinto, durante o processo da transmigração da Corte para o Brasil. Após a Independência, não houve qualquer iniciativa no sentido de recriar um conselho tal qual o extinto em 1807; entretanto, sua importância não dei-

¹⁷ Cf.: SOARES, Teixeira. “Marinha e a política externa no Segundo Reinado”. *Navegador*: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, nº 14/16, junho / 1978 a dezembro / 1980; GAMA, Edina Laura Nogueira da. *A Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)*. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em História Militar – Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2001; MARTINS, Helio Leoncio. “A estratégia naval brasileira da Guerra do Paraguai”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 3º trimestre, 1997, p. 71-85; MAIA, João do Prado, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*: tentativa de reconstituição histórica. Rio de Janeiro, Cátedra; Brasília, INL, 1975, p. 255-324; BITTENCOURT, Armando de Senna. Batalha Naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança. In: VIDIGAL, Armando e ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Org). *Guerra no mar*: batalhas e campanhas navais que mudaram a história. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 253-300; e DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado pela UnB, 1989.

¹⁸ Ver BITTENCOURT, Armando de Senna, “A evolução da engenharia naval no Brasil”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 4º trimestre de 2009, p. 69-84; VIDIGAL, Armando Amorin Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

¹⁹ RÉMOND, René. *O século XX*: de 1914 aos nossos dias. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1974, p. 26.

²⁰ HOBSBAWM, Éric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Cultrix, 2009, p. 470.

²¹ CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Coord. Vicente Tapajós. Brasília – Rio de Janeiro. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986, p.57.

¹³ SOARES, Teixeira. “A Marinha e a política externa do Segundo Reinado”. *Navegador*: subsídios para a história marítima do Brasil, nº 16, jul de 1979/dez de 1980, p. 15.

¹⁴ Ibidem, p. 3-19. Segundo Henrique Altemani e Amado Cervo, a década de 1840 representou a busca de autonomia do Brasil em relação à Grã-Bretanha. Ver OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005, e CERVO, Amado Luiz. *O controle do Prata*. In: CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo (Org.). *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

¹⁵ SOARES, Teixeira. “A Marinha e a política externa do Segundo Reinado”, op. cit., p. 18.

¹⁶ BARROS, Orlando de. Sinopse da História das Relações Externas Brasileiras. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Wiliams da Silva (Org.). *História das Relações Internacionais*: teorias e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.54.

xou de ser ressaltada em algumas discussões parlamentares, obviamente com outras expectativas funcionais em relação ao conselho criado em Portugal.

Em 1833, o Ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, enfatizava a necessidade de criar um órgão formado por “[...] homens vividos na profissão, para assessorar o ministro na solução dos problemas da Marinha”. Para Rodrigues Torres, essa era a forma de estabelecer uma homogeneidade às decisões do ministério, cujas ações dependiam dos diferentes ministros que assumiam a função.²² Em 1837, foi apresentada pelo Ministro Pio dos Santos à Assembleia Geral Legislativa uma proposta de criação de um conselho dentro do organograma do Ministério da Marinha.²³

Em maio de 1853, Zacarias de Góes e Vasconcellos, então Ministro da Marinha, pontuou em seu relatório os motivos pelos quais se deveria organizar um conselho tal qual o Almirantado francês criado em 1852.²⁴ O primeiro ponto abordado pode ser analisado em dois sentidos, o que não quer dizer que sejam excludentes: o primeiro se refere a questões simbólicas, ou seja, que este conselho poderia ser o transmissor das tradições da Armada Imperial; em segundo lugar, a possibilidade de se poder estabelecer planos e/ou projetos de longo prazo, sem perecerem em função “[...] das vicissitudes da política [...]”.²⁵ O segundo ponto apresentado por Zacarias de Góes se refere aos esclarecimentos que se fizessem necessários ao ministro da Marinha, pois estando envolvido com “[...] certo numero de homens proffisionaes [...]”, as proposições ministeriais não teriam a necessidade de se submeter a um grande número de sujeitos, não haveria “[...] muitos rodeios [...]”. Ao mesmo tempo, esse conselho, formado por homens de grande experiência na Marinha, poderia

avaliar e criticar imediatamente qualquer medida a ser tomada pelo ministério.

Aqui caberia já um problema: ora, se o conselho deveria ser formado por experientes profissionais, por que não era composto apenas por militares? Ou então, em outro sentido, “ser profissional”, a essa época, poderia não ter como pré-requisito a formação militar nas instituições de ensino militar.

O terceiro ponto toca na questão da adequação desta instituição ao regime vigente, pois sendo o Brasil, segundo Zacarias de Góes, um País de regime representativo, o ministro da Marinha teria um órgão a quem deveria, por obrigação, consultar a opinião em ocasião de decisões mais graves. Por fim, o prestígio que o Conselho Naval pudesse adquirir estimularia os oficiais a aperfeiçoarem-se em suas carreiras com o objetivo de integrar a referida instituição. Conforme avaliou Zacarias de Góes e Vasconcellos:

4º, finalmente, que a parte, que por meio do Conselho vem a ter os Officiaes de Marinha mas ordens principaes relativas á Força Naval, eleva-os aos seus próprios olhos, e da-lhes uma tal consideração, que nenhum Official da Armada, digo desse nome, deixará de sentir-se estimulado a habilitar-se com estudos, e á proceder de modo que possa hum dia merecer na carreira, que segue, ser incumbido de tão importantes funcções.²⁶

Três anos depois, em 1856, o Conselho Naval foi criado na capital do Império.²⁷ No mesmo ano houve a reorganização da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Quartel-General da Marinha no sentido de “entrosar o funcionamento dos três órgãos da cúpula da administração naval”.²⁸

Não existe qualquer estudo pormenorizado que analise o funcionamento do Conse-

lho Naval, sua organização e dinâmica interna, que trate de sua atuação nas questões que envolviam não apenas a Marinha, como também o próprio Estado Imperial, especialmente no trato das questões vinculadas à política externa.

Devemos ressaltar que foi o Conselho Naval que formulou, no Brasil, as primeiras normas para orientar a gestão institucional do Ministério da Marinha, o seu funcionamento, e toda a construção simbólica da Armada Imperial, pois foram estabelecidas as diretrizes sobre cerimoniais, símbolos e formas de tratamento, a partir da elaboração do cerimonial da Marinha. O documento, intitulado *Ordenança Geral da Armada*, publicado em 1877, substituiu os *Regimentos Provisoriaes* portugueses do final do século XVIII que vigoravam até aquele momento.

Entendemos ser relevante a pesquisa sobre esta instituição enquanto instrumento de orientação das decisões do ministro da Marinha e espaço de atuação da elite política do Império. O único autor que se aventurou, dedicando alguma atenção ao Conselho Naval, foi o Almirante Herick Marques Caminha em sua obra *História Administrativa do Ministério da Marinha no Império*. Entretanto, como não foi a proposta do referido trabalho aprofundar a análise dos órgãos navais no período, dedicou poucas páginas ao conselho, apontando apenas alguns momentos antes de sua criação em 1856.

MILITARES E “PAISANOS”: A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES

Estranheza não nos causa o fato de haver o envolvimento de civis em assuntos navais, visto que muitos foram ministros da Marinha. Inclusive, mesmo que poucos, há alguns trabalhos sobre os mesmos enquan-

to ministros, o que não se pode dizer sobre suas participações no Conselho Naval ou em outras instituições militares.

A existência de civis enquanto membros efetivos do Conselho Naval nos leva a questionar sobre uma possível inserção do mesmo conselho no roteiro das instituições em que as elites do Império circulavam em suas relações de poder.²⁹ Para responder a esta questão, teríamos que levantar outras.

A primeira seria o lugar social que os membros civis do Conselho Naval ocupavam na estrutura social do Império e, como desdobramento, se isto acarretava uma hierarquia funcional no conselho, condicionando diferentes níveis de atuação e decisão. Em seguida, questionaríamos as redes relacionais construídas dentro e fora do conselho e se estas relações estariam atreladas com a efetivação ou não de um membro civil.

Por último, claro que não esgotando outras possibilidades, teríamos que analisar como se estabelecia esta relação. O sociólogo alemão Norbert Elias desenvolveu uma teoria que poderia ser aplicada no estudo ora proposto. Em sua obra *Os estabelecidos e os outsiders*, analisou como se processou o fato de grupos sociais, localizados numa fictícia cidade inglesa chamada *Winston Parva*, se considerarem superiores a outros grupos a partir de sua autorrepresentação.³⁰

O motivo principal dessa diferença de visão se explica pelo fato de os chamados *estabelecidos* se considerarem melhores que os *outsiders* e, esses, de fato, inferiores.³¹ *Estabelecidos* representavam aqueles que ocupavam a cidade a mais tempo, eram os mais antigos, e ostentavam uma autopercepção de serem a *boa sociedade*. Eram, em outras palavras, o que havia de melhor. Disponham de termos próprios que classificavam e ofendiam os *outsiders*.³² Pertencer ao grupo dos *estabelecidos* significava, antes, sujeitar-se às normas deste grupo, obedecendo a uma

²² Ibidem, p. 58.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem, p. 59.

²⁵ Relatório do Ministério da Marinha de 1852, p. 2.

²⁶ Cf. CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Marinha no Império*, op. cit., p. 59.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem, p. 60.

²⁹ Sobre elites sociais e as dinâmicas políticas no Império, ver as obras CARVALHO, Jose Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996; MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994; e, mais recentemente, MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

³⁰ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

³¹ Ibidem, p. 20.

³² Ibidem, p. 27.

figuração social específica. Não ter contato com *outsiders* era uma dessas normas.³³ O que trazia identidade ao grupo dos estabelecidos era, justamente, o seu *estoque de lembranças*.³⁴

Os *outsiders* eram os vizinhos que chegaram àquela cidade depois e, inclusive, possuíam uma coesão grupal menor, em comparação aos *estabelecidos*. Representavam ameaça às identidades dos *estabelecidos*, ou seja, as relações e a autoimagem deles. Em outras palavras, as ações dos *outsiders* eram vistas como um ataque ao *ideal do nós*.³⁵ Se um dia os *outsiders* se tornassem *estabelecidos*, estaria concretizada a mudança social.

Podemos afirmar, então, a partir do pensamento de Elias, que há, de fato, uma figuração em que cada grupo possui uma imagem de si e do outro. Para haver a rotulação de um grupo pelo outro, se faz necessário um desequilíbrio de poder entre os dois.³⁶ A sociedade é, portanto, a própria relação que se estabelece dinamicamente entre aquelas duas imagens.

Para Elias, não há como separar indivíduo e sociedade. A própria consciência do indivíduo, sua autoimagem e autoestima, está vinculada às imagens e representações compartilhadas pelos os seus pares, ou seja, “[...] está ligada ao que os outros membros do grupo pensam dele”.³⁷

Por isso que Elias fala de autorregulação, um modo de manter a imagem. A opinião grupal sobre um indivíduo exige o seu autocontrole, uma coerção interna, derivada do *ideal do eu* (autoimagem) na sua relação com o *ideal de nós*. Se a sociedade é dos indivíduos,

razão por que o *ideal eu* não pode estar dissociado do *ideal nós*, toda sociedade está em risco de desaparecer ou de se transformar na hipótese de mudança social.³⁸

Utilizando-nos da perspectiva de Elias, poderíamos questionar a relação entre os grupos constituintes do Conselho Naval a partir das autorrepresentações construídas dentro do mesmo conselho. Quais as imagens construídas entre os grupos? Existiam diferenças entre “civis” e “militares”? Seriam os *paisanos* os *outsiders*? Ou o possível pertencimento de ambos os grupos do conselho à elite social do Império assimilava essa diferença institucional?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, com este exercício reflexivo, apontar outra direção para o estudo dos militares e das instituições militares. Está claro que estas simples proposições estão longe de esgotar as possibilidades de estudos sobre os mesmos. Também estamos cientes de que essas mesmas proposições, levantadas aqui para fins de ensaio, podem não servir no momento em que forem experimentadas em outras instituições ou grupos militares.

Entendemos ser muito importante a análise das relações políticas e sociais que os militares estabeleceram junto aos diferentes grupos e instituições sociais. Contudo, consideramos ser pertinente também analisar as teias relacionais que se estabeleceram entre os diferentes grupos sociais nas instituições militares, e, inclusive, a partir delas. Algo pouco explorado pela historiografia.

REFERÊNCIAS:

Arquivo da Marinha

– Relatório do Ministério da Marinha no Império (1826-1856)

Biblioteca da Marinha

– Ordenança Geral da Armada de 1877

Fontes Bibliográficas

BARROS, Orlando de. Sinopse da história das relações externas brasileiras. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Org.), *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BITTENCOURT, Armando de Senna. Batalha Naval do Riachuelo, na Guerra da Tríplice Aliança. In: VIDIGAL, Armando e ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (Org). *Guerra no mar: batalhas e campanhas navais que mudaram a história*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 253-300.

_____. “A evolução da engenharia naval no Brasil”. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 4º trimestre de 2009, p. 69-84.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) – A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CAMINHA, Herick Marques. *História administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Coord. Vicente Tapajós. Brasília – Rio de Janeiro. Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial – Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo (Org.). *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

GARRAFONI, Renata Senna. Guerras Púnicas. In: MAGNOLE, Demétrio (Org.). *História das Guerras*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2006, p. 48.

³³ Ibidem, p. 26.

³⁴ Ibidem, p. 38.

³⁵ Ibidem, p. 45.

³⁶ Cf.: Ibidem, p. 23.

³⁷ Cf. Ibidem, p. 40.

³⁸ RESTIER JR, Renato Jorge Paranhos; LOUREIRO, Marcello José Gomes. *História Política, História Social e História Militar: três histórias e um eixo teórico-metodológico comum*. Palestra apresentada em sessão no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 11 de agosto de 2009.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva de. *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado pela UnB, 1989.

_____. A ocupação político-militar do Paraguai (1869-1876). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)*. Revista *Múltipla*, Brasília, 4(6), julho de 1999.

_____. *A Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DUBY, George. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / UFRJ, 1993.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michael Schroter; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____, & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

GAMA, Edina Laura Nogueira da. *A Marinha Imperial e sua ação contra Rosas e Oribe (1850-1852)*. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em História Militar – Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2001.

MARTINS, Helio Leoncio, "A estratégia naval brasileira da Guerra do Paraguai". *Revista Marítima Brasileira*, 3º Tomo, 1997, p. 59 – 86.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix: 1974.

RESTIER JR, Renato Jorge Paranhos; LOUREIRO, Marcello José Gomes. *História Política, História Social e História Militar: três histórias e um eixo teórico-metodológico comum*. Palestra apresentada em sessão no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 11 de agosto de 2009.

SANCHES, Marcos Guimarães. Um Militar no Império. In: *Tamandaré*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora. Pour une histoire culturelle du politique. In: BERNSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (dir.). *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilizações, 1979.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. "A campanha naval na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai". *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 4º trimestre 2009.

_____. "A evolução tecnológica no setor naval na segunda metade do século XIX e as consequências para o Brasil". *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 4º trimestre de 2000.

_____. *Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: NEIBURG, Frederico *et al.* *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

WEHLING, Arno. *A Invenção da História: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.